

Um estudo com produtores rurais de Marechal Cândido Rondon - Paraná - Brasil, que buscam recursos financeiros em cooperativas de crédito para financiar as atividades

Maycon Marques Ferreira (ISEPE RONDON) - mayconmarques2008@yahoo.com.br

Maiquel Rafael Freiburger (ISEPE RONDON) - maiquel_freiburger@outlook.com

Igor Henrique Santana Marqueti (ISEPE RONDON) - igormarqueti@hotmail.com

Elza Hofer (UNIOESTE) - elza_hofer@uol.com.br

Anderson Giovane Sontag (UESPAR) - andersonsontag@hotmail.com

Resumo:

A agricultura possui vários métodos de produção, desde os mais rudimentares até os mais sofisticados. A desigualdade é perceptível pelo fato de o município em estudo, possuir agricultores com estruturas dotadas de tecnologias e maquinários atualizados. Há também, agricultores familiares com poucas terras e nenhum tipo de tecnologia para auxiliá-los. O presente estudo teve como objetivo analisar em que medida os produtores rurais utilizam de recursos de terceiros para financiar as atividades agropecuárias. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, qualitativa e quantitativa. Foi realizado um levantamento ou survey, sendo a população composta por 1934 propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon - Paraná - Brasil. A amostra é constituída de 86 propriedades, escolhidas por acessibilidade. Os dados foram coletados em questionários compostos por 35 questões, aplicados aos produtores rurais do município e dados obtidos por duas cooperativas de crédito do município, informando a quantidade de contratos de crédito rural liberados, nos últimos 5 anos. Constatou-se que 85% dos produtores rurais já utilizaram recursos financeiros de terceiros para financiar suas atividades. 61% dos entrevistados são produtores familiares que trabalham em pequenas propriedades. Observou-se uma ascensão na contratação do crédito rural, evidenciando ser uma alternativa para realizar investimentos, alavancar seus rendimentos e custear as atividades.

Palavras-chave: *Contabilidade de custos. Cooperativas. Produtor rural.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Um estudo com produtores rurais de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil, que buscam recursos financeiros em cooperativas de crédito para financiar as atividades

Resumo

A agricultura possui vários métodos de produção, desde os mais rudimentares até os mais sofisticados. A desigualdade é perceptível pelo fato de o município em estudo, possuir agricultores com estruturas dotadas de tecnologias e maquinários atualizados. Há também, agricultores familiares com poucas terras e nenhum tipo de tecnologia para auxiliá-los. O presente estudo teve como objetivo analisar em que medida os produtores rurais utilizam de recursos de terceiros para financiar as atividades agropecuárias. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, qualitativa e quantitativa. Foi realizado um levantamento ou *survey*, sendo a população composta por 1934 propriedades rurais do município de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil. A amostra é constituída de 86 propriedades, escolhidas por acessibilidade. Os dados foram coletados em questionários compostos por 35 questões, aplicados aos produtores rurais do município e dados obtidos por duas cooperativas de crédito do município, informando a quantidade de contratos de crédito rural liberados, nos últimos 5 anos. Constatou-se que 85% dos produtores rurais já utilizaram recursos financeiros de terceiros para financiar suas atividades. 61% dos entrevistados são produtores familiares que trabalham em pequenas propriedades. Observou-se uma ascensão na contratação do crédito rural, evidenciando ser uma alternativa para realizar investimentos, alavancar seus rendimentos e custear as atividades.

Palavras-chave: Contabilidade de custos. Cooperativas. Produtor rural.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

1 Introdução

Os produtores rurais são de extrema importância para o processo econômico brasileiro, pois é da agricultura e pecuária que são extraídos os produtos necessários para satisfazer as necessidades da população, no que diz respeito à alimentação e outros mantimentos necessários para sobrevivência (SANTOS, 2009). Assim, como entidades que comercializam produtos ou prestam serviços, os produtores rurais nem sempre possuem recursos suficientes para explorar culturas em suas propriedades, para tanto, utilizam recursos de terceiros para financiar suas atividades (BRANDALISE, ROJO e THOMAS, 2015).

Neste sentido, ressalta-se as cooperativas de crédito que buscam ofertar estes mesmos produtos e serviços com taxas melhores e prazos de pagamento mais acessíveis, não somente para os produtores rurais, mas também para toda a comunidade em que está inserida (SCHARDONG, 2002).

A contabilidade de custos trata estritamente dos custos que são gerados na produção ou nos serviços prestados. Ela está relacionada aos métodos de controle, pois coleta informações que estão dispersas, realiza o processamento e fornece relatórios gerenciais para tomada de decisões. Desta forma, o produtor pode comparar quanto custou e qual o custo devido do processo produtivo de uma determinada cultura (SANTOS, 2009).

Considerando a importância da agricultura na região estudada, bem como a atuação das cooperativas de crédito para os produtores rurais, busca-se responder o seguinte questionamento: de que forma os recursos financeiros são aplicados nas propriedades rurais e

por que são contratados? O objetivo da pesquisa é verificar em que medida os produtores rurais de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil, utilizam de recursos de terceiros para financiar suas atividades agropecuárias. Busca-se obter informações referentes ao perfil dos produtores entrevistados, a área das propriedades rurais pesquisadas, a utilização do crédito rural pelos entrevistados e a identificação do uso das ferramentas contábeis para a gestão das propriedades.

A pesquisa se justifica pela importância da utilização dos recursos financeiros de terceiros pelos produtores rurais, pois os investimentos solidificam a agricultura e contribuem para o desenvolvimento do município. Ainda, este trabalho induz o produtor rural a organizar-se tendo um controle da sua propriedade para tomar decisões que auxiliam tanto o produtor rural quanto a cooperativa de crédito.

2 Fundamentação teórica

O papel da contabilidade é coletar as informações dispostas pelos seus usuários e elaborar relatórios claros e objetivos, atendendo tanto às exigências legais como servindo de fundamento para os administradores e interessados tomarem suas decisões (BORINELLI; PIMENTEL, 2010). Seus usuários podem ser de natureza física ou jurídica, internos ou externos. Como por exemplo: sócios, acionistas, bancos, fornecedores, governo e outros (IUDÍCIBUS, 2006).

O produtor rural é toda pessoa física ou jurídica, que tenha propriedade ou não, mas que desempenhe atividades agropecuárias, pesqueira ou silvicultural, como também exploração de terras para plantio de grãos, criação e abate de animais, tanto em períodos permanente ou temporário (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL [SENAR], 2016).

Os produtores rurais são divididos pela atividade de exploração e também pelo porte/tamanho da propriedade. É considerado pequeno produtor aquele que obter receita anual auferida ou estimada de até R\$ 415.000,00; considera-se médio produtor aquele que obter receita anual acima de R\$ 415.000,00 e ainda se considera como grande produtor aquele que auferir receita anual superior a R\$ 2.000.000,00 (SENAR, 2016).

Nas propriedades rurais, a contabilidade se faz necessária, pois um dos grandes problemas está na forma de administração empregada nas propriedades, porque muitas das vezes, as despesas da atividade rural e do produtor, quanto pessoa física, são agrupadas em um único montante, da mesma forma que os rendimentos pertinentes ao produtor se difundem aos rendimentos da atividade (CREPALDI, 2009). Com base no postulado da entidade, as despesas devem ser alocadas aos responsáveis pela sua geração. Em empresas comerciais, as despesas dos sócios jamais podem ser contabilizadas como devidas à organização (HOSS et al., 2012).

As empresas rurais vêm se transformando e evoluindo a cada instante, assim os produtores rurais devem se especializar na gestão do patrimônio, buscando conhecimentos em diversas áreas, como administração, contabilidade, economia, finanças, humanas, comercial e técnica. Estes conhecimentos podem auxiliar o empresário rural para transformar seus recursos em uma grande lucratividade. A qualidade na gestão pode trazer muitos benefícios, tais como a satisfação dos clientes em possuir o produto de boa qualidade em tempo hábil e com menor preço (REIS, 2010).

As cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, que tem por objetivo auxiliar a sociedade. (SCHARDONG, 2002). Conforme Cenzi (2009, p. 17) "o termo "cooperação" origina-se do verbo latino *cooperari*, junção de *cum* e *operari*, resultando no significado de operar juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum." Segundo a linha de pensamento de Cenzi (2009), o cooperativismo vem da cooperação de um grupo de pessoas almejando trabalhar juntos em busca de um objetivo em comum, por exemplo, pode-se dizer que é a busca pela lucratividade de determinado grupo para desenvolver a sociedade onde vivem, contribuindo para o crescimento do comércio, geração de empregos entre outros.

As cooperativas de crédito fornecem produtos e serviços, entre eles o crédito rural. (SCHARDONG, 2002). Conforme Araújo (2007), pela falta de evolução e tecnologia nas propriedades rurais, a evasão dos produtores para o meio urbano é constante. Devido isso, o governo investe em linhas de crédito rural para de alguma forma contribuir para o desenvolvimento e o perpetuamento das atividades rurais (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA ÁREA RURAL, 2014).

2.1 Contabilidade de Custos

Com a Revolução Industrial, começaram a ganhar vida as primeiras indústrias no século XVIII. Neste período, nasce a Contabilidade de Custos, do qual contribui para avaliação dos estoques das indústrias. Diferente das entidades comerciais que simplesmente possuem o produto e calculam o preço de aquisição, as indústrias compram a matéria prima e a transformam no produto final. Por essa diferença no processo, é necessária uma técnica diferente para avaliar o custo de cada produto (MARTINS, 2008). Observa-se que esta atividade é responsável por coletar informações que se encontram dispersas, e desta forma, processá-las com intuito de elaborar relatórios os quais sejam relevantes para a tomada de decisões (CREPALDI, 2004).

É perceptível o avanço que a contabilidade de custos gera para as empresas que adotam este método, pois quanto mais informações dos processos e dos custos os administradores possuem, mais conscientes são as atitudes tomadas e conseqüentemente, menores são os riscos de perder venda ou até mesmo de fracasso organizacional (MARTINS, 2008). De acordo com Atkinson et al. (2011, p. 125), “os sistemas contábeis coletam e analisam os dados de custo para apoiar a tomada de decisão gerencial”. Para Callado e Callado (2011, p. 87), “a prática da contabilidade de custos contempla a identificação, o registro, a acumulação e a organização dos diversos elementos relativos às atividades operacionais de um negócio e auxilia a administração no processo de tomada de decisões e de planejamento”. Ainda, Callado e Callado (2011) mencionam a dificuldade para apurar os custos no agronegócio. E Marion (2014), ressalta a importância da contabilidade de custos nas empresas rurais para registrar e controlar as operações, que determinam os custos e resultados da produção agropecuária.

2.2 Linhas de Crédito Rural

O crédito rural foi instituído pela Lei nº 4.829 de 05 de novembro de 1965. Assim cita a Lei nº 4.829 no art. 3º, o intuito foi de incentivar e fortificar as propriedades rurais, bem como colaborar para que a produção fosse expandida. Conforme o Manual de Crédito Rural [MCR] do Banco Central do Brasil (Banco Central do Brasil, 2019); 1.1.1 “considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural [SNCR], para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas neste manual.”

Os beneficiários do crédito rural são todas as pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam toda e qualquer atividade relacionada ao setor rural, tais como criação de animais para cria, recria ou engorda, plantação de sementes e outros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). Segundo o Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, item 1.1.9, o Crédito de Custeio serve “para cobrir as despesas normais dos ciclos produtivos”, ou seja, são utilizados para custear as despesas normais da produção, sejam elas despesas gerais do ciclo produtivo, armazenamento, exploração, entre outras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O crédito de investimento refere-se à verba utilizada para aquisição de serviços ou bens dos quais o desfrute se estenda por vários períodos de produção (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019). O crédito de comercialização é utilizado pelos produtores rurais “para cobrir despesa posterior à coleta de sua exploração ou para converter em espécie os títulos oriundos

da venda a prazo da produção ou da entrega de produtos a sua cooperativa”, de acordo com o item 1.1.11 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF] é um programa desenvolvido para financiar as atividades bem como os serviços agropecuários e não agropecuários dos pequenos agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O PRONAF Custeio é limitado ao valor de R\$ 250.000,00 por ano ou safra, este valor pode ser utilizado para cultivar diversas atividades, como cultivo de arroz, feijão, mandioca, trigo, laranja, milho, e muitas outras. Também pode ser utilizado para custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, aos ovinos e caprinos até 12 meses. As taxas podem variar de 2,5% a 4,6% a.a. e os prazos para pagamento entre 1 a 3 anos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O PRONAF Mais Alimento, trata-se de um crédito de investimento com intuito de alavancar a produção e conseqüentemente gerando mais renda para o grupo familiar. Este crédito é destinado para suprir as necessidades diretas no que diz respeito à implantação, ampliação ou ainda modernização da estrutura utilizada para produção, armazenamento ou transporte dos produtos e serviços agropecuários ou não, seja estes investimentos realizados na propriedade rural ou próximo dela. Também é possível utilizar este recurso para aquisição de equipamentos de informática com intuito de melhorar a gestão da propriedade (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Além das modalidades de PRONAF citadas acima, existem ainda outras linhas: PRONAF Floresta; PRONAF Semiárido; PRONAF Mulher; PRONAF Jovem; PRONAF Industrialização de Agroindústria Familiar; PRONAF Cotas-Partes; PRONAF Agroecologia e PRONAF Eco (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural [PRONAMP] é uma modalidade de crédito rural para aqueles produtores que não mais se enquadram como beneficiários do PRONAF. Estes por sua vez, são proprietários rurais e agricultores que possuam renda bruta anual de até R\$ 2.000.000,00. Esta modalidade de crédito é utilizada tanto para custeio como para investimentos, elencado no item 1.8.1 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Os produtores que não se enquadrarem nas modalidades citadas anteriormente, como pequeno produtor e médio produtor, são considerados grandes produtores, isto porque sua receita auferida é superior a R\$ 2.000.000,00. São várias modalidades que podem ser contratadas, tais como custeio e pré-custeio, investimento e outros (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2018).

Há várias modalidades de crédito oferecidas pelas instituições financeiras a seus clientes, dos quais fazem uso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES], tais como: Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária [PROCAP-AGRO]; Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido [MODERINFRA]; Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais [MODERAGRO]; Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras [MODERFROTA]; Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária [PRODECOOP]; Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura [PROGRAMA ABC]; Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária [INOVAGRO]; Programa para Construção e Ampliação de Armazéns [PCA]; Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais [PRORENOVA-RURAL]. Estas modalidades estão disponíveis para os produtores rurais de forma facilitada, desde que a atividade seja assistida e ainda seja comprovada a capacidade de pagamento deste produtor, conforme item 1.13.1 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

3 Metodologia

A pesquisa classifica-se como exploratória, pois, é aplicada quando não há muito conhecimento sobre o assunto e objetiva aprofundar-se no tema, no intuito de adquirir mais conhecimento possível para conduzir o estudo (BEUREN, 2013). A pesquisa também é de levantamento ou *survey*. Este tipo de pesquisa é utilizado quando a população é ampla, desta forma, estuda-se parte da população para atingir o objetivo proposto. Os dados podem ser coletados em uma região ou local do universo que busca se aprofundar o conhecimento (BEUREN, 2013). Quanto a abordagem do problema, classifica-se como um estudo qualitativo.

A população são os produtores rurais do município de Marechal Cândido Rondon – PR – Brasil, que de acordo com Censo Agropecuário 2017 do IBGE, disponível em Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES], em seu Caderno Estatístico do Município de Marechal Cândido Rondon, de 2018, somam 1.934 propriedades rurais. A amostra são 86 produtores rurais entrevistados, ou seja, 4,44% da população. A amostra foi selecionada por acessibilidade (IPARDES, 2018).

Foi elaborado um questionário composto por 35 questões objetivas, dividido em três blocos, sendo o primeiro com foco no perfil dos produtores entrevistados, o segundo bloco com intuito de identificar as informações da propriedade rural e o terceiro bloco com foco nas ferramentas de gestão utilizadas na propriedade. Os questionários foram aplicados aos produtores rurais residentes no município de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil.

Estes produtores foram abordados na sede da loja de uma cooperativa agropecuária desta cidade, em dias escolhidos para aplicação desta pesquisa. Também foram abordados alguns produtores rurais em suas próprias propriedades. As pesquisas foram realizadas entre os dias 24/09/2018 à 26/10/2018 de forma alternada, dependendo da disponibilidade dos entrevistados. Também foram realizadas pesquisas em duas cooperativas de crédito de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil para identificar a quantidade de contratos de crédito rural liberados nos últimos 5 anos.

Após realizada a etapa de coleta dos dados, estes foram tabulados em planilhas de Excel dos quais serviram como base para realização do cruzamento de dados com o uso de Tabelas Dinâmicas no próprio Excel.

4 Análise dos dados

O objetivo da pesquisa foi verificar em que medida os produtores rurais de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil utilizam de recursos de terceiros para financiar suas atividades agropecuárias. Busca-se ainda, obter informações referentes ao perfil dos produtores entrevistados, a área das propriedades rurais pesquisadas, a utilização do crédito rural pelos entrevistados e a identificação do uso das ferramentas contábeis para a gestão das propriedades.

4.1 Perfil dos produtores rurais

Nesta seção é apresentado o perfil dos produtores rurais. Em relação ao gênero, 84% são do sexo masculino e 16% feminino. A disparidade de gênero leva a crer que o homem está mais envolvido que a mulher tanto no serviço braçal, quanto na gestão das atividades.

No que se refere a idade dos respondentes constatou-se que a população jovem, na faixa etária em que estão incluídas as pessoas até 30 anos de idade soma, apenas, 15% dos produtores rurais, a faixa que compreende os produtores de 31 a 40, também é representada por 15%. 25% dos entrevistados disseram enquadrar-se na faixa etária dos 41 a 50 anos; 24% dos 51 a 60, sendo que os produtores com idade acima de 61 anos representam 21%. Observa-se que uma das características dessa atividade é possuir profissionais mais maduros, 70% possui mais de 40 anos idade.

Quando questionados sobre o grau de escolaridade, 28% afirmam ter 1º grau incompleto; 23% 1º grau completo; 8% 2º grau incompleto; 19% 2º grau completo; 6% ensino superior incompleto; 15% possuem ensino superior completo; 1% possui especializações. É perceptível que os produtores rurais estão interessados no crescimento do homem do campo pois, 21% estão cursando ou concluíram o ensino superior demonstrando a busca pelo conhecimento profissional.

Sobre o tempo que os produtores desempenham atividades rurais, 16% trabalham nestas atividades até 10 anos; 14% trabalham na atividade de 11 a 20 anos e 70% trabalham nesse ramo a mais de 20 anos. Grande parte dos produtores rurais possui idade superior a 40 anos, significa, que a maioria destes, desempenha este trabalho a vida toda.

4.2 Características da propriedade rural

A caracterização das propriedades é importante para a compreensão da gestão de custos controle das atividades e tomada de decisões. 89% dos produtores disseram que são proprietários da propriedade que exploram as suas atividades. Apenas 11% disseram que não possuem área própria.

Com relação à forma do aumento patrimonial nos últimos 10 anos, constatou-se que 45% dos produtores relacionam o aumento patrimonial resultante da renda da própria atividade; 27% renda própria e financiamento; 8% apenas financiamento; 5% diversificação de culturas; 7% justificam herança como fator de aumento patrimonial; 8% afirmam que o aumento é oriundo da compra e venda de propriedades, rendas de outros trabalhos ou até mesmo afirmam que não houve aumento patrimonial neste período.

Quando questionados sobre o tamanho/área das propriedades, a pesquisa apresentou que a maioria são pequenas propriedades, sendo que 61% possuem propriedade de até 18 hectares; 27% trabalham em propriedades entre 18 e 72 hectares; 10% possuem propriedade superior a 72 até 270 hectares e apenas 2% são grandes propriedades, com área superior a 270 hectares.

Com relação às culturas desenvolvidas nas propriedades, constatou-se que há diversificação de culturas nas atividades desenvolvidas pelos produtores entrevistados. 30% dos entrevistados cultivam milho; 27% cultivam soja; 13% trabalham com pecuária leiteira; 10% trabalham com suinocultura; 6% trabalham com avicultura; 3% trabalham com piscicultura; 1% desenvolvem a cultura de pecuária de corte; 1% cultivam trigo e 9% desenvolvem outras atividades, tais como mandioca, aveia, feno, pastagem, horticultura.

Indagados a elencarem as culturas desenvolvidas na propriedade que geram maior receita, 46% elencaram a soja; seguido da pecuária leiteira com 17%; depois a suinocultura com 16%; avicultura com 8%, mandioca com 5%; milho com 4%; pecuária de corte com 2%; piscicultura e horticultura com 1% cada.

Questionou-se com relação aos critérios para realizar esta diversificação. 39% afirmaram que o critério é o fato de proporcionarem maior rentabilidades; 23% apontaram como critério o fato de possuírem experiência ou afinidade com mais de uma cultura; 14% justificaram a utilização de infraestrutura já existente; 12% mencionaram a preservação do solo como critério; 9% afirmaram que diversificam a cultura pela menor utilização de mão de obra.

Acerca do faturamento das propriedades, a pesquisa apresentou que 6% faturam até R\$ 10.000,00; 9% faturam de R\$ 10.000,00 até R\$ 25.000,00; 12% faturam de R\$ 25.000,00 até R\$ 50.000,00; 10% possuem faturamento de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00; 28% possuem faturamento de R\$ 100.000,00 até R\$ 250.000,00; 20% possuem faturamento de R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00; 10% faturam de R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00 e 5% faturam acima de R\$ 1.000.000,00.

Os produtores precisam de recursos financeiros, sejam eles para fazer com que a atividade se desenvolva, ou até mesmo para realizar investimentos a longo prazo. Desta forma,

questionou-se com relação à obtenção de financiamentos para suas atividades. Apresenta-se que 85% já buscaram financiamentos e 15% ainda não utilizaram estes recursos disponibilizados pelas instituições financeiras. Questionados com relação ao tipo de financiamento contratado, 57% contrataram crédito rural na modalidade de Investimento e 43% contrataram na modalidade de Custeio.

Sabendo que 85% dos entrevistados já contrataram financiamentos, entre custeio e investimentos, questionou-se com relação à linha de crédito rural que fora buscado. 77% contrataram PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; 15% contrataram PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural; 8% contrataram outras linhas, entre elas INOVAGRO, MODERFROTA E MODERAGRO.

Com relação ao PRONAF, buscou-se identificar as modalidades contratadas desta linha de crédito. 47% contrataram PRONAF Custeio; 51% contrataram PRONAF Mais Alimento; 1% contratou PRONAF Industrialização de Agroindústria Familiar e 1% contratou PRONAF Agroecologia.

Constatou-se que 37% contrataram o crédito rural para realizarem melhorias na atividade; 22% responderam que buscaram pelos recursos serem ofertados com taxas de juros atraentes; 16% contrataram para ampliar a receita da família e/ou para ter mais uma alternativa de renda; 11% contrataram por necessidade/alternativa para se manter na atividade; 7% contrataram para custeio/insumos; 6% contrataram para ampliação de nova atividade e 1% contrataram para outras finalidades.

O crédito rural nas propriedades rurais, pode ser utilizado tanto para custear as atividades, sejam elas: temporários ou permanentes, e ainda utilizá-los para investimentos que podem ser utilizados na ampliação da atividade, na melhoria da infraestrutura e equipamentos agrícolas necessários para desenvolver as atividades visando o aumento do faturamento. Ainda se indagou com relação às atividades em que os recursos do crédito rural foram investidos. 49% dos entrevistados afirmam terem utilizado os recursos contratados na cultura dos grãos, sendo assim distribuídas em milho 26%; soja 23%. Os demais investiram em outras atividades, tais como máquinas e equipamentos 20%; pecuária leiteira 11%; suinocultura 8%; avicultura 7%; piscicultura e outras culturas com 2% cada e horticultura 1%.

O desenvolvimento de atividades agropecuárias exige um desembolso significativo de capital de giro dos produtores, necessidade que pode ser satisfeita pela obtenção de recursos de terceiros, financiamentos em instituições financeiras. No que diz respeito ao tempo que utilizam recursos financeiros de terceiros em suas propriedades, 3% utilizam há menos de 1 ano; 15% utilizam entre 1 e 5 anos; 25% utilizam entre 5 e 10 anos; 57% utilizam há mais de 10 anos. Observa-se, que a maioria dos produtores utiliza o crédito rural há 10 anos para financiar as suas atividades, o que pode ser justificado pelo expressivo valor necessário e linhas de crédito específicas para as culturas desenvolvidas.

Quando questionados com relação ao lucro obtido resultante dos investimentos realizados, 83% afirmaram que obtiveram lucro; 3% disseram que não auferiram lucros por conta dos investimentos realizados e 14% não responderam ao questionamento. Também se questionou qual foi o lucro auferido nas propriedades, porém muitos produtores apresentaram percentuais ou até mesmo valores com incertezas dos quais não representam com exatidão a realidade da propriedade.

Com relação à utilização de mão de obra familiar; 93% responderam que trabalham em família e 7% afirmam trabalharem sozinhos ou com serviços terceirizados. Questionou-se a utilização de serviços terceirizados na propriedade. 55% disseram que não utilizam serviços terceirizados e 45% afirmam que utilizam estes serviços. Destes 45% que utilizam serviços terceirizados, 56% utilizam serviços de plantio, colheita, preparação do solo, entre outros; 24% utilizam serviços de mão de obra em geral; 18% utilizam serviços de assistência técnica, tais

como agrônomos e veterinários; e 2% utilizam outros serviços como os da prefeitura no que diz respeito à infraestrutura.

Os entrevistados também foram indagados com relação à sociedade em uma cooperativa de crédito da cidade. 86% afirmam serem sócios de alguma cooperativa de crédito; 13% disseram não ser e 1% não respondeu ao questionamento.

4.3 Ferramentas de controle e gestão utilizadas na atividade rural e financiamentos

Nesta seção são apresentadas as principais ferramentas de controle e gestão utilizados pelos pesquisados na atividade rural. Referente ao controle das receitas, custos e despesas da propriedade, 15% afirmam não ter nenhum tipo de controle e 85% disseram que controlam estas informações. Destes 85% que possuem controle das receitas, custos e despesas da propriedade, são várias as formas de controle apontadas na pesquisa. 41% fazem controle informal; 49% controlam as receitas e despesas manualmente; 7% utilizam planilhas informatizadas; 2% fazem uso de sistema informatizado próprio e apenas 1% utilizam serviços de escritórios de contabilidade para gerenciar as receitas e despesas incorridas nas propriedades.

Questionados sobre a utilização das informações da contabilidade de custos para tomada de decisões com relação a investimentos futuros, 71% disseram que não utilizam informações da contabilidade de custos e 29% disseram que utilizam as informações da contabilidade de custos.

Indagados sobre finalidades destas informações, 24 % responderam que a utilizam para a construção de infraestrutura; 23% utilizam para contratação de financiamentos; 19% utilizam para aquisição de maquinários; 13% fazem uso destas informações como forma de orçamento para definir qual atividade será implantada na propriedade; 11% utilizam para analisar acerca da aquisição de terras; 6% utilizam estas informações para analisar a viabilidade de contratação de serviços de terceiros e 4% utilizam as informações contábeis para outras finalidades.

Quanto às técnicas contábeis, 65% dos produtores rurais responderam que utilizam as informações contábeis para fins de declaração de imposto de renda; 34% justificam que não utilizam para essa finalidade por serem isentos desta obrigação e 1% não respondeu à pergunta.

Foram realizadas pesquisas em duas cooperativas de crédito, com intuito de identificar a quantidade de contratos de crédito rural liberados aos produtores rurais nos últimos 5 anos. Nestas cooperativas de crédito, são oferecidas as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, tanto para custeio como para investimento. Nos últimos 5 anos, esse crédito foi contratado pelos produtores somando um total de 2.546 contratos de custeio e 333 contratos de investimentos.

Para os produtores que não se enquadram na modalidade de pequenas propriedades, são disponibilizadas as modalidades do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP. Os contratos liberados nos últimos 5 anos somam 404 custeios e 90 contratos de investimentos

O PRONAMP fornece recursos para os médios produtores desenvolverem suas culturas e se manterem competitivos no mercado de atuação. Embora esta modalidade seja ofertada com taxas de juros maiores que as do PRONAF, ainda é uma excelente oportunidade de obtenção de recursos para aumento da produtividade e melhorias na propriedade rural.

Também é disponibilizado, o crédito rural para os produtores que não se enquadram no PRONAF e PRONAMP, isto porque sua receita auferida no ano é superior a R\$ 2.000.000,00. Estas propriedades rurais se enquadram na categoria dos Demais Produtores. No período pesquisado foram liberados 460 custeios e 179 contratos de investimento.

4.4 Análise cruzada dos dados

Os dados apresentados na Tabela 1 a seguir, revelam as faixas etárias com controle de custos nas propriedades.

Tabela 1 - Faixa etária versus Controle de custos na propriedade

Faixa etária	Controle de custos		Total Geral
	Não	Sim	
Até 20 anos	1	0	1
% na Linha	100%	0%	100%
De 21 a 30 anos	3	9	12
% na Linha	25%	75%	100%
De 31 a 40 anos	1	12	13
% na Linha	8%	92%	100%
De 41 a 50 anos	4	17	21
% na Linha	19%	81%	100%
De 51 a 60 anos	2	19	21
% na Linha	10%	90%	100%
Acima de 61 anos	1	17	18
% na Linha	6%	94%	100%
Total Geral	12	74	86
% na Linha	14%	86%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Com base nos resultados obtidos entre os respondentes, um produtor de até 20 anos de idade, não possui controle de custos em sua propriedade. Já os produtores de 21 a 30 anos de idade, 25% não possuem nenhum controle de custos contra 75% que possuem algum tipo de controle de custos, seja informal, controle manual, sistema informatizado próprio, escritório de contabilidade e/ou planilhas informatizadas.

Na sequência, os dados obtidos com os produtores rurais enquadrados na faixa etária de 31 a 40 anos, 92% possuem controle de custos em suas propriedades em comparação com apenas 8% que não possuem nenhuma forma de gestão dos custos. No que se refere aos produtores de 41 a 50 anos de idade, 81% possuem formas de controle de custos enquanto 19% não possuem controle dos custos na propriedade.

Os produtores da faixa etária seguinte com idade entre 51 a 60 anos, 90% fazem uso de metodologias de controle dos custos em contrapartida de 10% que não possuem nenhum tipo de controle. E por fim, os entrevistados acima de 61 anos evidenciou que 94% utilizam formas de controle de custos, sendo este o maior percentual comparando com as demais faixas de idade, apenas 6% não o fazem

Os dados da pesquisa, evidenciam que a maioria dos entrevistados gerenciam suas propriedades controlando os custos. Mesmo sendo informal, o produtor conhece os custos que envolvem o processo produtivo. Embora grande parte dos produtores possuem idade superior a 41 anos, eles conhecem a importância de realizar controles constantemente para atingir o resultado almejado. Dos 86 produtores entrevistados, a maioria entende a necessidade de controlar os custos, isto ficou evidente analisando que 86% afirmam adotar alguma medida de controle dos custos e apenas 14% ainda não fazem uso de nenhuma forma controle.

Na Tabela 2 tem-se o cruzamento das informações obtidas no que diz respeito a faixa etária dos produtores e o tipo de controle de custos que utilizam para gerenciar as suas atividades.

Tabela 2 - Faixa etária *versus* formas de controle de custos na propriedade

Faixa etária	Controle de custos					Total Geral
	Controle manual	Informal	Sistema informatizado próprio	Escritório contabilidade	Planilhas informatizadas	
Até 20 anos						
% na Linha	0%	0%	0%	0%	0%	0%
De 21 a 30 anos	5	2			2	9
% na Linha	56%	22%	0%	0%	22%	100%
De 31 a 40 anos	5	5		1	1	12
% na Linha	42%	42%	0%	8%	8%	100%
De 41 a 50 anos	10	5	1		1	17
% na Linha	59%	29%	6%	0%	6%	100%
De 51 a 60 anos	10	8			1	19
% na Linha	53%	42%	0%	0%	5%	100%
Acima de 61 anos	4	12		1		17
% na Linha	24%	71%	0%	6%	0%	100%
Total Geral	34	32	1	2	5	74
% na Linha	46%	43%	1%	3%	7%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Observa-se que a faixa etária até os 20 anos, não utiliza nenhum dos controles mencionados na pesquisa. Dos entrevistados que possuem de 21 a 30 anos, constatou-se que 56% destes possuem seu controle de maneira manual, 22% informal e 22% utilizam algum tipo de planilha informatizada e sistema informatizado próprio. No que diz respeito ao controle de custos utilizando-se dos serviços de algum escritório de contabilidade, não houveram respondentes afirmando utilizar-se dos serviços destes profissionais.

Quanto àqueles que possuem de 31 a 40 anos os dados apurados partiram de 42% que são aqueles que utilizam o controle manual e informal, 8% que admitem obter um serviço de escritório de contabilidade e planilhas informatizadas.

Por outro lado, quando se refere à faixa etária de 41 a 50 anos, percebeu-se que essa faixa traz uma ideia de que são os mais conscientes e responsáveis, pois controlam tudo de forma escrita, entendendo o que se passa por suas propriedades. Um fator que comprova isso é que 59% dos respondentes dessa faixa admitem obter um controle de maneira manual, 29% deles controlam os custos de forma informal, 6% mencionaram o uso de algum sistema informatizado próprio e planilhas informatizadas.

Os produtores inseridos na faixa etária, de 51 a 60 anos, 53% deles admitiram utilizar o método de controle de forma manual, 42% o modelo informal e 5% utilizam planilhas informatizadas. Já um controle de sistema informatizado próprio e escritório de contabilidade não houveram respondentes. Os respondentes enquadrados na faixa etária acima de 61 anos, a pesquisa apurou que 24% deles adotam um controle manual, 71% controlam informalmente e 6% fazem uso dos serviços contábeis para auxiliar no gerenciamento dos custos de suas propriedades.

A Tabela 3 demonstra o cruzamento de dados sobre faturamento e o controle de custos nas propriedades. Essa questão se tornou essencial na pesquisa para demonstrar a possibilidade de o controle de custos auxiliar diretamente nos resultados, conforme exposto a seguir.

Tabela 3 - Faturamento *versus* controle de custos na propriedade

Faturamento bruto médio anual	Controle de custos		Total Geral
	Não	Sim	
Até R\$ 10.000,00	2	3	5
% na Linha	40%	60%	100%
De R\$ 10.000,00 até R\$ 25.000,00		8	8
% na Linha	0%	100%	100%
De R\$ 25.000,00 até R\$ 50.000,00	2	8	10
% na Linha	20%	80%	100%
De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00	1	8	9
% na Linha	11%	89%	100%
De R\$ 100.000,00 até R\$ 250.000,00	3	21	24
% na Linha	13%	88%	100%
De R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00	4	13	17
% na Linha	24%	76%	100%
De R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00		9	9
% na Linha	0%	100%	100%
Acima de R\$ 1.000.000,00		4	4
% na Linha	0%	100%	100%
Total Geral	12	74	86
% na Linha	14%	86%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Para os produtores entrevistados que obtiveram um faturamento bruto anual de até R\$ 10.000,00, 60% destes afirmam obter algum método de controle de custos, contra 40% que não utilizam nenhuma forma de controle. Os entrevistados que possuíram um faturamento de R\$ 10.000,00 até R\$ 25.000,00 todos os 100% afirmam obter métodos de controle dos custos. Produtores com faturamento de R\$ 25.000,00 até R\$ 50.000,00, 80% relatam obter controle de custos contra 20% que afirmam não adotarem nenhum método de controle.

Respondentes com faturamento de 50.000,00 até R\$ 100.000,00, 89% destes afirmam utilizar controle de custos em contrapartida de 11% que não possui nenhuma forma de controle. Já os respondentes que se enquadram na faixa de faturamento entre R\$100.000,00 até R\$ 250.000,00, responderam que 88% utilizam algum controle de custos, ao passo que 13% afirmam não adotar formas de controlar os custos.

Na faixa de faturamento, entre R\$ 250.000,00 até R\$ 500.000,00, os entrevistados que utilizam os métodos de controle de custos totalizam 76% contra 24% do que não utilizam destes métodos. Ainda para as faixas de faturamento acima de R\$ 500.000,00, todos os respondentes utilizam algum método de controle dos custos em suas propriedades.

Os dados apresentados na Tabela 4 abaixo, evidenciam a necessidade de obtenção de financiamento cruzando-os com o controle dos custos nas propriedades.

Tabela 4 – Necessidade de Financiamentos *versus* controle de custos na propriedade

Controle de Custos	Necessidade de Financiamento		Total Geral
	Não	Sim	
Não	4	8	12
% na Linha	33%	67%	100%
Sim	9	65	74
% na Linha	12%	88%	100%
Total Geral	13	73	86
% na Linha	15%	85%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Com base na pesquisa, constatou-se que 12 produtores rurais que não controlam os custos, destes, 33% em momento algum contratou algum tipo de financiamento para custear suas atividades, ao passo que deste mesmo total, 67% embora também não adotam medidas de controle na propriedade, por sua vez, estes já fizeram ou fazem uso de financiamentos para custear as atividades que desenvolvem.

Os entrevistados que afirmam controlar os custos de suas atividades, totalizam 74 produtores rurais. 12% destes nunca buscaram financiamentos para as atividades em suas propriedades tampouco usam atualmente, em contrapartida de 88% que também fazem controle dos custos avaliam como necessário a contratação de financiamentos para o desempenho de suas atividades.

A pesquisa evidenciou que 85% dos respondentes fazem uso dos recursos de terceiros para desenvolver suas culturas, mesmo porque as taxas são atraentes e exclusivas para esta classe de trabalhadores. Os custos das propriedades, embora grande maioria dos entrevistados afirmam ter controle dos mesmos, a maior parte deste controle é feito informalmente ou de forma manual.

Na Tabela 5 a seguir, trata-se do cruzamento de informações acerca do tamanho da propriedade dos produtores entrevistados versus o controle de custos das propriedades.

Tabela 1 – Tamanho da propriedade *versus* controle de custos

Tamanho da propriedade	Controle de Custos		Total Geral
	Não	Sim	
Até 18 hectares	7	45	52
% na Linha	13%	87%	100%
Entre 18 e 72 hectares	3	20	23
% na Linha	13%	87%	100%
Superior a 72 até 270 hectares	2	7	9
% na Linha	22%	78%	100%
Superior a 270 hectares		2	2
% na Linha	0%	100%	100%
Total Geral	12	74	86
% na Linha	14%	86%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nas propriedades que possuem até 18 hectares, apresentou-se que 87% dos entrevistados nessa faixa utilizam uma forma de controle de custos contra apenas 13% destes não utilizam. Estes mesmos resultados foram obtidos com os respondentes que possuem propriedades com área entre 18 e 72 hectares.

Dos produtores que possuem propriedades superiores a 72 até 270 hectares, 78% utilizam alguma forma de controle de custos em contrapartida de 22% não utilizam nenhum tipo de controle. Já as propriedades superiores a 270 hectares, 100% dos entrevistados utilizam alguma forma de controle de custos nas atividades de sua propriedade.

Nesta análise de dados cruzados é perceptível que os produtores rurais buscam cada vez mais adotar algum tipo de controle para desenvolver as suas atividades, independentemente do tamanho da propriedade, se faz necessário possuir conhecimento para administrar a propriedade da melhor forma, auferindo maiores receitas decorrentes das produções desenvolvidas e consequentemente atingindo melhores resultados.

A Tabela 6 disposta a seguir demonstra o cruzamento das informações conforme a faixa etária dos entrevistados com a informação sobre a necessidade de financiamentos para as suas atividades.

Tabela 6 – Faixa etária *versus* necessidade financiamentos para as atividades

Necessidade de financiamentos para as atividades				
Faixa etária		Não	Sim	Total Geral
Até 20 anos		1		1
	% na Linha	100%	0%	100%
De 21 a 30 anos			12	12
	% na Linha	0%	100%	100%
De 31 a 40 anos		3	10	13
	% na Linha	23%	77%	100%
De 41 a 50 anos		1	20	21
	% na Linha	5%	95%	100%
De 51 a 60 anos		4	17	21
	% na Linha	19%	81%	100%
Acima de 61 anos		4	14	18
	% na Linha	22%	78%	100%
Total Geral		13	73	86
	% na Linha	15%	85%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Respondentes até 20 anos de idade, a pesquisa obteve 1 produtor com esta característica, o mesmo não necessita de financiamentos para desenvolver as suas atividades. Conforme análises anteriores, este cenário condiz com uma pequena propriedade. Já na faixa etária de 21 a 30 anos de idade, todos os entrevistados necessitam de recursos de terceiros para financiar as suas atividades. No que diz respeito aos entrevistados entre 31 e 40 anos 77% necessitam de recursos ao passo que 23% não possuem necessidade de financiamentos.

Na faixa etária de 41 a 50 anos de idade, apenas 5% não necessitam de recursos de terceiros contra 95% que usaram ou ainda usam financiamentos para custear suas atividades. A faixa etária que possui respondentes com idade de 51 até 60 anos, 81% necessitam de financiamentos para as suas atividades, em contrapartida de 19% não possuem essa necessidade. Os produtores acima de 61 anos, 78% afirmam que fazem ou já fizeram uso de financiamentos em suas propriedades, porém 22% avaliam como desnecessário obter recursos de terceiros, haja visto que possuem capital suficiente para custear suas atividades.

No cenário exposto anteriormente, entende-se que o crédito rural é uma excelente alternativa de recurso para o produtor manter-se atuante no mercado, assim como para dar continuidade ao seu negócio no âmbito rural.

De maneira geral, percebe-se que quanto maior o produtor, maior o faturamento, sendo que, aqueles que utilizam de financiamentos e utilizam informações de mercado para comercializarem seus produtos, realizam um melhor controle de custos.

5 Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi verificar em que medidas os produtores rurais de Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil utilizam de recursos de terceiros para financiar suas atividades agropecuárias.

A linha de crédito mais utilizada na região é o PRONAF, destes destacam-se PRONAF Custeio e PRONAF Investimento. Os produtores utilizam estas linhas de crédito para

realizarem melhorias nas atividades e grande parte destes já utilizam crédito rural há mais de 10 anos.

A forma de controle dos produtores ainda é informal ou manual, eles utilizam a contabilidade apenas para identificar a necessidade de construção ou aquisição de máquinas e equipamentos, bem como para declaração de Imposto de Renda. Indagou-se sobre o interesse em utilizar a contabilidade para outras finalidades, porém grande parte dos produtores imaginam a ciência contábil apenas como um custo para a propriedade sem qualquer viabilidade.

A pesquisa apontou que 85% das propriedades rurais já fizeram uso dos recursos financeiros disponibilizados pelas instituições financeiras. Com relação aos fatores que levaram os produtores rurais a contratarem financiamentos, a pesquisa evidenciou que 37% utilizam para realizarem melhorias na atividade, também pelo fato de serem disponibilizados com taxas de juros atraentes, estes correspondem a 22% dos entrevistados. Entre outros motivos estão elencados a necessidade para se manterem na atividade, custeios de insumos e ampliação de nova atividade.

As instituições financeiras cooperativas atuam constantemente na concessão de crédito rural. Nos últimos 5 anos, só em Marechal Cândido Rondon – Paraná – Brasil, foram liberados mais de quatro mil contratos, distribuídos entre as linhas do PRONAF, PRONAMP e demais Produtores.

Evidenciou-se na pesquisa, que o controle dos custos está diretamente relacionado ao tamanho da propriedade e faturamento, pois quanto maior a área da propriedade e o faturamento, os métodos de controle crescem para auxiliar na gestão das atividades desenvolvidas na propriedade, fazendo-se necessário a adoção de controle informatizado em *excel*, sistema de gestão ou ainda, assessoria profissional contábil.

Sugere-se como pesquisas futuras abrangendo mais instituições financeiras. Uma pesquisa que abrange um universo maior, por exemplo, Oeste do Paraná, bem como associados de cooperativas agropecuárias.

Referências

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade gerencial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRANDALISE, L. T; ROJO, C. A; THOMAS, J. A. Reorganização Financeira de uma Empresa Rural Familiar. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, Rio de Janeiro, jan/jun. 2015. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=4. Acesso em: 14 ago. 2019.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. **Curso de Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C. Gestão de custos no agronegócio. In A. A. C. Callado (Org.). **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

CREPALDI, S. A. **Curso de Contabilidade de Custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOSS, O. et al. **Introdução à contabilidade: ensino e decisão**. São Paulo: Atlas, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL [IPARDES]. **Caderno Estatístico Município de Marechal Candido Rondon**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Município=85960&btOk=ok>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

Lei n. 4.829, de 05 de Novembro de 1965. Dispõe sobre o crédito rural. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, PECUÁRIA. **Plano Agrícola 2018/2019 do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. (2019). Um pouco da história. Disponível em: <<https://marechalcandidorondon.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/21>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

REIS, L. F. S. D. **Agronegócios**: qualidade na gestão. Rio de Janeiro: Quakitymark, 2010.

SANTOS, G. J. dos. (2009). **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL [SENAR]. (2016). **Manual de Orientação da Previdência Social na área Rural**. 8. ed. Brasília: SRFB/SENAR. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/images/manual_de_orientacao_2016.pdf>. Acesso em 05 ago. 2019.